

# INCLUSÃO E O AUTISMO



## **DINALVA FERREIRA MACHADO DE OLIVEIRA**

Licenciada em pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil, Conclusão em 12/01/2010. Professora de Educação Infantil e Fundamental I. Lotada na Emei CEU PERA MARMELO. JARAGUÁ SÃO PAULO.

## **RESUMO**

As leis brasileiras definem que não existam discriminação das crianças em relação ao acesso as escolas comuns, todas tem livre ingresso as escolas incluindo aqueles com transtornos do espectro autismo (TEA). Mesmo existindo um número satisfatório de pesquisas que menciona os benefícios da inclusão de pessoas com transtorno do espectro autismo, a conclusão em algumas situações se torna questionável, especialmente quando analisamos se a escola oferece a criança um apoio pedagógico e estrutural adequado para o seu desenvolvimento. Existem diversos desafios em torno da temática inclusão e inclusão de pessoas com TEA em nosso país, mas por outro lado temos o aumento expressivo dessas crianças em salas de aula o que em algumas situações expos como a falta de conhecimento sobre a síndrome e a ausência de estratégias pedagógicas adequadas e específicas para aquele público pode afetar o desenvolvimento desses alunos, prejudicando ou diminuindo sua capacidade de aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão; Autista; Escola; Educação.

## **INTRODUÇÃO**

De acordo com o DSM-5 o Transtorno Autista é uma condição que está inclusa em uma categoria cuja classificação é Transtornos de Nerusodesenvolvimento, a qual recebe o npme de Transtornos do Espectro Autista (TEA). O TEA é classificado como um distúrbio que acontece no desenvolvimento neurológico, que se inicia na primeira fase da vida da criança, mostrando dificuldades em questões sociocomunicativa e comportamental. (APA,2013).

Essas particularidades da criança podem levar com que ela venha a se isolar dos outros, o que vai acabar extenuando ainda mais suas capacidades de comunicação, a qual a literatura defende de maneira consoante que a intervenção precoce é fundamental (BRASIL,2013).

A escola é um ambiente muito importante para ser utilizada como uma ferramenta para auxiliar as crianças com TEA na socialização e criando oportunidades para que eles possam interagir entre os outros alunos e assim contribuir para o seu desenvolvimento.

A inclusão no Brasil é vista como uma ação cultural, social, pedagógica e política que busca assegurar os direitos de todos os alunos para que possam estar juntos no momento da aprendizagem e participando juntos das atividades propostas (BRASIL,2007). A Declaração Universal dos Direitos Humanos, despertou uma discussão em prol da Educação Especial a partir de 1948. Ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tratando que as pessoas portadoras de necessidades especiais devessem estar no ensino regular, foi por meio da Constituição de 1988 e com grande interferência da Declaração de Salamanca de 1994 que começamos a olhar para a universalização da educação em escolas regulares, com políticas de Educação Inclusiva

nosso país, começou a ser discutida a universalização da Educação, e a ser implementada nas escolas regulares uma política de Educação Inclusiva, se juntando com a Política Nacional de Educação Especial.

## **A INCLUSÃO ESCOLAR**

Ao incluirmos um aluno com deficiência na escola regular, o nosso olhar não pode apenas caminhar para a questão da obrigatoriedade daquela ação, devemos observar essa prática como um momento que destrói o paradigma da educação e constrói a diversidade e os direitos humanos, já que esse processo de inclusão é totalmente complexo e detalhado, o qual inclui diversas questões tanto internas quanto externas e interfere no ensino-aprendizagem daquele aluno que está sendo incluso naquele novo ambiente. Então, colocarmos essa criança em uma situação de que ela está ali porque a lei a ampara estar ali, vai totalmente opor o que a inclusão propõe, que são direitos humanos e democráticos que respeitam as influências da família e também da comunidade em que aquele aluno está inserido.

Ao olharmos para a história, podemos acompanhar essa luta que já acontece há muitos anos das pessoas com deficiências e seus familiares buscando a valorização e respaldo necessário através de declarações. Em 1988, no Brasil, a nossa Constituição Federal refere-se ao atendimento educacional para as pessoas com deficiência, dando preferência a rede regular de ensino. Direito esse, que foi assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 e reiterado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, em 2015. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) assegura que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e diversos recursos, com o objetivo de que a educação seja de qualidade para todos, respeitando e acolhendo toda diversidade que existir dentro da sala de aula. E, todas essas políticas públicas fizeram com que as escolas assumissem um compromisso com a inclusão, respeitando a

diversidade humana.

Todas essas mudanças na lei, trouxeram consigo também mudanças no ambiente escolar, pois a partir delas os professores viram que precisariam atender e de adaptar as demandas pessoais e coletivas dos seus alunos, ao invés de retirá-los da sala de aula para que fossem acompanhados de forma isolada por outros professores. E essa inclusão mudou também a concepção dos professores em relação aos alunos com deficiência e suas dificuldades, desconstruindo assim as barreiras que no passado os impediam de estar em escolas regulares.

Nossas convicções são construídas ao longo de nossas vidas por meio das experiências que vivenciamos, são a partir delas que criamos nossos valores e julgamentos, o que também interfere, enquanto professores, em nossas práticas pedagógicas. Esses desafios que a inclusão nos apresenta a cada novo alunos, faz com que nós busquemos por novas ferramentas e estratégias para sempre estarmos inovando e deixando esse aluno mais a vontade e acolhido dentro do ambiente escolar, para que ele saiba que mesmo com suas limitações será respeitado e acolhido por seus amigos. Assim, tanto os professores, quanto os alunos com deficiência e os alunos sem deficiência têm um papel fundamental na formação da inclusão,

## **A INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA**

Ainda que existam políticas públicas que determinam e asseguram a inclusão de alunos que possuam deficiência em escolas regulares, há a adversidade durante esse processo. Essas adversidades que cercam a inserção de alunos com TEA em escolas regulares são mostradas em alguns trabalhos nacionais realizados com os professores Alves, 2005; Camargo & Bosa, 2009; Gomes & Mendes, 2010; Martins, 2007; Pimentel & Fernandes, 2014; Rodrigues, Moreira, & Lerner, 2012; Salgado, 2012. O que demonstra que ainda que muitos professores aprovem e acolham a inclusão, uma outra parte conclui que é um processo ainda inviável para as escolas regulares se comprometerem.

Nessa narrativa, existem pontos muito importantes de serem expostos, como a falta de conhecimento dos profissionais a respeito do TEA, assim como aquelas convicções que são geradas que interferem nesse desenvolvimento do aluno, pois inúmeros professores exibem conceitos muito diferentes do que a teoria nos apresenta a respeito dos alunos com TEA, e um ponto que é sempre muito divergente em relação a literatura é sobre a comunicação dessas crianças.

Uma parte dos professores enxergam a escola como um ambiente em que esse aluno vai somente para que ele exerça a sua socialização, e esse olhar limitante prejudica diretamente na aprendizagem do aluno, pois não lhe é apresentado atividades, nem propostas que vão lhe estimular e fazer com que ele tenha interesse em aprender. Já, para uma outra porcentagem de professoras a escola é o lugar em que esse aluno vai unicamente desenvolver suas habilidades funcionais, e os conteúdos formais são descartados, gerando a defasagem escolar.

Não podemos colocar apenas na conta dos professores as barreiras em ensinar as crianças com TEA, sabemos que esse Espectro traz consigo algumas particularidades como déficits na área

comportamental, na socialização e comunicação. Mas essas particularidades podem ser estimuladas a serem desenvolvidas, e quando se sentirem mais confortáveis utilizar aquilo que aprenderam na escola em um momento que considerarem oportuno, não cabe ao corpo docente limitar os conteúdos e práticas, mas sim alimentar a criatividade e capacidades de todos os alunos, respeitando o seu espaço e limites.

Ainda que existam pontos muitos delicados quando falamos sobre a inclusão, precisamos observar que esse momento auxilia nos desenvolvimentos dos outros alunos da turma também, pois convivendo com as diferenças que todos nós possuímos aprenderemos como respeitá-las e acolhê-las de uma forma natural. Mas, mesmo com todos os esforços que essa inclusão exige da coordenação e dos professores, muitas críticas são realizadas pois é notória a falta de preparo do corpo docente para receber esses alunos, e podemos observar também que a estrutura das escolas em muitos momentos não são desenvolvidas para receber alunos com deficiências.

Ao incluirmos um aluno com TEA, é indispensável que o professor tenha conhecimento prévio sobre o assunto, o qual irá instruí-lo a conhecer seus alunos e criar um vínculo, para que assim possa desenvolver práticas eficientes e acolhedoras para que todos vivenciem a inclusão da melhor forma possível. Estimulando de forma essencial a interação de todos.

O trabalho em conjunto não deve apenas existir entre os alunos, mas os professores regulares e os professores especialistas também são de grande valor para a aprendizagem dos alunos. Afinal, o aluno com TEA carece de um planejamento de quais atividades serão realizadas e como ele será integrado ao restante da classe, e essas ações exigem a cooperação entre os professores. Essa integração repercute de forma positiva para o aluno com TEA.

Mas, esses professores especialistas precisam ser muito bem orientados sobre o seu papel dentro da inclusão. Existem relatos que apontam em diversas situações, os professores sendo utilizados apenas para a retirada desses alunos de dentro da sala de aula, quando surge algum tipo de incomodo, como uma crise, por exemplo. E dessa forma, podemos entender que esse profissional não está desenvolvendo sua função em integrar o aluno ao restante da classe, pelo contrário, está ali apenas para intermediar conflitos, o que não é o objetivo de sua presença e sim mostrar para os alunos, de acordo com os seus limites, que ele pode fazer parte daquele ambiente e interagir com os seus companheiros de classe.

Mesmo sendo um processo bastante recente a inclusão do aluno com TEA, em escolar regulares e isso ter feito aparecerem alguns pontos negativos, a literatura nos mostra que a inclusão escolar, dentro do TEA, expõe muitas questões políticas e aciona diversos setores sociais. E, podemos apontar que mesmo com as dificuldades que esse tema nos apresenta, a inclusão quando feita por profissionais qualificados e dispostos a aprenderem com os seus alunos, e criar práticas que façam com que essa integração funcione, tem sido muito benéfica para os alunos com TEA e suas famílias que podem acompanhar todo o desenvolvimento dessa criança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de trabalhos que abordam o tema da inclusão de alunos com TEA, foi possível verificar que aumentou expressivamente o número de alunos com autismo nas escolas consideradas regulares, e isso se deu ao fato de ter sido quebrado o padrão antigo da inclusão e consequência disso o fim das escolas e classes especiais que eram direcionadas somente para alunos portadores de necessidades especiais. É importante ressaltar que a inclusão não é a divisão entre incluir e excluir ou classes especiais ou classes regulares, a inclusão vai além do espaço físico e/ou a separação dos alunos, o ato de incluir um aluno ao restante da classe significa entender que ele terá suas dificuldades, mas ao mesmo tempo poderá usufruir dos mesmos benefícios e aprendizagens que todos estão assegurados por lei tem acesso, e será acolhido com suas particularidades.

Existem grandes desafios ainda nessa caminhada em busca da inclusão do aluno com TEA, existem estudos que apontam que a escola sugere que a inclusão seja feita de forma gradual (SERRA, 2008). Ainda que os padrões da inclusão sejam respeitados em determinados momentos, não se pode anular a desconfiança e até mesmo insegurança da família em deixar esse aluno na escola ou até mesmo da escola em receber uma inclusão sem estar preparada. Muitos profissionais assumem que não possuem grande conhecimento a cerca da síndrome e quais práticas pedagógicas podem ser aplicadas em sala de aula. E como resultado dessa falta de conhecimento, as práticas realizadas em sala de aula não tem produzido resultados efetivos para os alunos com TEA.

A colaboração e convivência entre professores e alunos gera a aprendizagem, essa troca possibilita que o professor possa analisar sua turma e criar oportunidades inclusivas para sua sala de aula, para desenvolver sempre mais as capacidades de seus alunos e assim gerar uma adaptação mais agradável e uma ação positiva no aprender. Essa colaboração pode ser prejudicada por algumas razões como a incompreensão das condições cognitivas, físicas ou sensoriais dos alunos, professores e família também, que é sempre um pilar importante no processo de inclusão na educação infantil. Se as metodologias de ensino não forem adaptadas para esse novo grupo de crianças que começam a chegar na rede de ensino a sua compreensão e aprendizagem serão prejudicadas. como afirma Ferreira e Guimaraes (2003, p. 27):

Os efeitos causados pela visão equivocada sobre pessoas com deficiência levam ao desconhecimento de suas potencialidades, o que acaba por continuar reforçando a crença sobre sua suposta incapacidade. Esse quadro só poderá ser alterado a partir do momento em que a condição de deficiência modificar-se, tomando em consideração também as potencialidades, e não apenas os defeitos e as limitações das pessoas.

Para desconstruir alguns ideais atrelados a inclusão nas escolas regulares de educação infantil serão necessários muito empenho e dedicação da equipe gestora, da comunidade e família, afinal serão encontrados alguns problemas no caminho como falta de estrutura, profissionais com uma má formação, falta de material adequado etc. Mas o ambiente ideal para que essa transformação é dentro da escola, um ambiente de formação aonde com a convivência as estratégias vão surgindo e dando lugar a inclusão.

É a partir dessa desconstrução que vamos melhorar o processo de inclusão, torná-lo mais natural e instintivo possível. Uma criança que inicia sua vida escolar em um ambiente inclusivo

aprende a respeitar o próximo de uma forma mais simples, aceita que as diferenças são bem-vindas e sabe conviver com elas sem questionamentos, espantos ou preconceitos. Aprende que quem impõe os limites são pessoas preconceituosas e ruins, pois não há limites no processo de aprendizagem, e assim sendo a educação infantil é o local principal que esses pensamentos devem ser implantados no ser humano.

Pensar em um ambiente inclusivo desde o início da formação de uma criança apresenta a ideia de que o processo de educação diz muito sobre nós mesmo e escutar o outro.

Para qualificar esse trabalho pedagógico é de muita importância a troca entre um professor comum e o professor especializado, e essa prática colaborativa requer alteração na estrutura da escola para que a ideia de trabalhar separadamente, isoladamente cada professor com sua porta fechada seja extinta e dê espaço a colaboração.

O processo de inclusão é também uma busca pela identidade das crianças e no caso de alunos com TEA também é uma vertente para a valorização das diferenças. A metodologia mais eficaz e eficiente é aquela que funciona para a sua sala de aula, para sua turma. Pois pensamos de forma individual e sendo assim não podemos encaixar muitas vezes nossos alunos em padrões pré-definidos se esses padrões não funcionarem dentro da nossa realidade. Não existe método perfeito nem unicamente eficiente, o que será efetivo na sua realidade é a análise cuidadosa da sua sala de aula e como seus alunos respondem aos estímulos. A cooperação de uma professora especialista juntamente com uma professora regular será de extremo valor para os alunos pois assim juntas poderão construir um método para a sala de aula.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION: **DSM-5. Associação Americana de Psiquiatria. DS-M-V - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**, 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.611, de 17 de nov. de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.**

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.